

# cescontexto

**Direitos e Dignidade**

**Trajetórias e experiências de luta**

IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos  
Africanos – VOLUME I

**Organização**

Maria Paula Meneses

Bruno Sena Martins

Nº 13

Abril de 2016

**Debates**

[www.ces.uc.pt/cescontexto](http://www.ces.uc.pt/cescontexto)



## **Propriedade e Edição/Property and Edition**

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

**[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)**

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: [cescontexto@ces.uc.pt](mailto:cescontexto@ces.uc.pt)

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

## **Comissão Editorial/Editorial Board**

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2016

## Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se os/as colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. À Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e à Clara Carvalho (e respetivas equipas), agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente: à Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado, Alberto Pereira e ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitos foram os/as que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todos/as, gostaríamos de referir especialmente o contributo da Romina Mello Laranjeira, da Carolina Peixoto, do Nuno Gonçalves, da Begoña Dorronsoro e do Carlos Nolasco. Um agradecimento especial à Inês Elias pela edição dos textos, assim como à coordenadora desta coleção, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra), Fabrice Schurmans (CES), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações este se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa (e a oferta de livros à biblioteca do CES). O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

## Índice

*Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins*

Introdução..... 10

*Bianca Pazzini, Gilberto Paglia Júnior e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger*

A segregação no Brasil e a utopia da igualdade racial: Reflexões a partir da História, da Literatura e do Direito ..... 14

*Bruno Sena Martins*

A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos e silenciamentos ..... 24

*Carolina Peixoto e Iolanda Vasile*

Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal..... 33

*Miguel Cardina*

O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva..... 49

*Maria Paula Meneses*

Só revendo o passado conheceremos o presente? Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique ..... 56

*Luísa Marroni*

Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa 67

*Carla Patrícia Silva Ribeiro*

História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária: a Iª Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX e a Secção Colonial da Exposição do Mundo Português ..... 88

*Cristina Portella, Maria Melícias e Verónica Leite de Castro*

A descolonização de Angola nos jornais de Esquerda portuguesa (do 25 de Abril de 1974 a 11 de Novembro de 1975)..... 101

*Alfredo Pazmiño*

Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans (LGBT) en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo, Cabo Verde..... 113

*Alain Souto Rémy*

As autoridades tradicionais angolanas e o paradigma jurídico ocidental ..... 131

*Bruno Santos de Araújo Fernandes e Karla Gobo*

As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colônias portuguesas na África na década de 1970 ..... 138

*Sofia Roborg-Söndergaard e Paulo Castro Seixas*

Entre dilemas e escolhas: Consciência cultural e tradução cultural nas ONGD ..... 151

*José Luiz Telles e Ana Paula Abreu Borges*

Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde..... 169

*Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello*

A relação entre saúde e cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ ..... 182

## Dos traumas da (des)colonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal<sup>1,2</sup>

**Carolina Peixoto**,<sup>3</sup> Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
carolina.peixoto@gmail.com

**Iolanda Vasile**,<sup>4</sup> Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
iolanda.vasile@gmail.com

**Resumo:** Quarenta anos depois do fim do império português os impactos e latências políticas, culturais e epistémicas da forma como se deu a transição para a independência de Angola continuam a influenciar as relações entre este país e Portugal. Considerando a descolonização enquanto um fenómeno social complexo movido pelo questionar do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização (Meneses, 2008: 12), *analisaremos o recurso às heranças históricas relacionadas com a (des)colonização no discurso utilizado por meios de comunicação angolanos e portugueses que, ao longo do último ano, abordaram os altos e baixos da relação entre os dois países.* Interessa-nos desvelar que imagens, lembranças e esquecimentos têm sido destilados na memória coletiva de angolanos e portugueses a partir do resgate desta herança nem sempre reconhecida pelos seus potenciais herdeiros.

**Palavras-chave:** relações Angola-Portugal, heranças históricas, (des)colonização, meios de comunicação, análise do discurso.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, no âmbito do projeto PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531. E, também, no âmbito das bolsas individuais de Doutoramento SFRH/BD/64059/2009 e SFRH/BD/73005/2010.

<sup>2</sup> Texto referente à comunicação apresentada no painel “Descolonizações? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições”, no IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA9), organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ocorrido entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014.

<sup>3</sup> Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES); Doutora em Pós-colonialismos e cidadania global pela Universidade de Coimbra; Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>4</sup> Investigadora Júnior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES); doutoranda do programa Pós-colonialismos e cidadania global coordenado pelo CES em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

## 1. Breve panorama histórico das relações político-económicas entre Portugal e Angola

Portugal e Angola mantêm uma longa e complexa relação marcada por um intrincado conjunto de particularidades históricas, culturais, económicas, políticas e diplomáticas. Para um país pequeno e de economia aberta como Portugal o comércio exterior tem um papel muito importante e é neste cenário que a relação com Angola se destaca.

As ligações económicas entre Portugal e Angola, que durante o período colonial chegou a ser considerada a ‘jóia da coroa’ do império português, sofreram um significativo decréscimo em decorrência do fim da relação colonial, mas principalmente devido aos efeitos da guerra civil e da desestabilização nacional que teve início em Angola antes mesmo da consolidação da independência. Apesar disso, tanto alguns membros da sociedade civil como as autoridades portuguesas nunca abandonaram de todo a ideia de promover o estreitamento das relações bilaterais entre os dois países (Ferreira, 2005).

A partir da segunda metade dos anos 1980 as circunstâncias tornaram-se mais favoráveis para um aumento significativo das relações entre os dois países. Por um lado, o colapso da URSS enfraqueceu as relações estratégicas dos governantes de Angola com aqueles que tinham sido seus principais aliados durante a fase de consolidação da independência. Esta mudança no contexto internacional coincidiu com a emergência, no interior do MPLA, o partido no poder em Angola, de vezes sugerindo a substituição do modelo económico de planeamento centralizado por um que se baseasse nas forças de mercado. Esta pressão por uma reorientação política e económica foi um reflexo não só da baixa performance do sistema de planeamento adotado em Angola durante a primeira década pós-independência, mas também da emergência dos interesses de classe naquele país. Neste contexto, em 1987 o governo de Angola lançou seu primeiro programa de reformas económicas marcando o início da liberalização económica do país e criando espaço para o desenvolvimento do setor privado e da sociedade civil (Hodges, 2004: 11). Por outro lado, Portugal vivia um período de estabilidade política e sua nova posição como membro da Comunidade Europeia tornava-o bastante atrativo para os governantes angolanos, pois a ex-metrópole poderia servir como um meio privilegiado para facilitar o estreitamento das relações de Angola com o Ocidente (Raimundo, 2013: 246).

Desde 2002, com a consolidação da paz em Angola e o maior nível português de concentração comercial na Europa, tem aumentado a importância do mercado angolano para a antiga metrópole (Seabra e Gorjão, 2011). Entre 2002 e 2008 Angola passou da 19ª para a 4ª posição como principal destino das exportações portuguesas tornando-se o principal mercado português fora da União Europeia. Como revelam estes números, as relações económicas bilaterais, de fato, se intensificaram. (Raimundo, 2013: 247).

Debilitado por uma grave crise económica durante os últimos anos Portugal tem pressionado mais abertamente pela formalização de uma ‘parceria estratégica’ com Angola. Isto é, pela adoção de um mecanismo que o governo angolano já estabeleceu com Brasil, EUA e China. Mas, apesar da ex-metrópole colonial continuar a jogar um papel de interlocutor privilegiado entre Angola e a União Europeia, os governantes da ex-colónia, completamente adaptados à lógica de funcionamento da economia de mercado e conscientes do alto valor dos recursos estratégicos de seu país não demonstram grande preocupação com o suporte que Portugal pode proporcionar para o desenvolvimento e as ambições de crescimento internacional de Angola. Estas posturas assumidas por Portugal e Angola podem ser encaradas como reflexos de uma inversão dos papéis assumidos por cada um desses países numa relação de dependência iniciada naquele que alguns portugueses, bem como grande

parte das obras canônicas que registram a História de Portugal, insistem em considerar o “glorioso período dos descobrimentos”?

Como veremos a seguir a partir da análise de um caso concreto, este questionamento parece assombrar o imaginário de alguns setores da sociedade portuguesa. Nomeadamente aqueles que insistem em apostar na ideia de encarar Angola como um *el dorado* que pode ajudar no processo de superação das limitações portuguesas, sobretudo aquelas intrínsecas à condição de país de pequeno porte e pobre em recursos estratégicos. Em contrapartida, o que desassossega as elites angolanas é perceber intenções (neo)colonialistas no tratamento que lhes é dado por certos nichos da elite portuguesa. O que pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho é que enquanto vigorar a diplomacia do silêncio que tem marcado as relações entre Portugal e Angola ao longo das últimas quatro décadas, as tensões herdadas junto com o legado colonial continuarão a dificultar o presente e comprometer o futuro destes dois países.

## 2. O caso das ‘desculpas diplomáticas’ – repercussões e desdobramentos em alguns dos principais meios de comunicação social angolanos e portugueses

A 18 de Setembro de 2013, numa entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), em Luanda, Rui Machete, então Ministro dos Negócios Exteriores de Portugal, referindo-se às investigações do Ministério Público português a angolanos de destacada posição política, declarou:

Tanto quanto sei, não há nada substancialmente digno de relevo, e que permita entender que alguma coisa estaria mal, para além do preenchimento dos formulários e de coisas burocráticas e, naturalmente, informar as autoridades de Angola pedindo, diplomaticamente, desculpa, por uma coisa que, realmente, não está na nossa mão evitar. (Machete *apud* Rádio Nacional de Angola)

Este diplomático pedido de desculpa causou polémica em Portugal e insuflou um extenso debate mediático envolvendo o *Jornal de Angola* e dois dos principais meios de comunicação social portugueses, o *Expresso* e o *Público*. De acordo com uma matéria estampada neste último jornal, este debate marcaria o recrudescimento de uma troca de “ataques e desmentidos” iniciada em novembro de 2012, quando o diário angolano teria começado a reagir “à primeira de duas notícias do semanário *Expresso* sobre a abertura, pela PGR [Procuradoria Geral da República] em Lisboa, de um inquérito-crime por fraude fiscal e branqueamento de capitais contra três altas figuras do Estado angolano” (Cordeiro, 2013).

A 6 de outubro de 2013, o *Jornal de Angola* publicou um artigo onde Álvaro Domingos chamou a atenção dos leitores para o fato de que “Portugal está no centro de uma grave crise social e económica sem fim à vista” e que, diante desta situação, milhares de jovens quadros portugueses que buscam o “pão nosso de cada dia” eram “bem-vindos e têm o apoio e a solidariedade dos seus irmãos angolanos”. Tendo esclarecido que em Angola não há[via] nada contra os imigrantes portugueses, o jornalista passou a contra-atacar as “elites reinantes” em Portugal, aqueles que têm destruído o Estado Social que nasceu com a Revolução de Abril, que hoje são os “deserdados dos dinheiros do depauperado Estado Português” e de quem “Angola é[ra] sempre o alvo”. O autor enfatizou que, quando o então Ministro dos Negócios Estrangeiros

pediu diplomaticamente desculpa (não desculpas diplomáticas) pelas patifarias cometidas pelo Ministério Público e órgãos de comunicação social contra o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, e o Procurador-Geral da República, João Maria de Sousa. Os mais assanhados membros das elites corruptas e caloteiras portuguesas trucidaram o ministro e por tabela lançaram a habitual chuva de calúnias contra os dirigentes angolanos, eleitos democraticamente. (Domingos, 2013).

Recordando que faltariam “*três meses para organizar a Cimeira Angola-Portugal*”, o artigo termina

[...] a exigir que a Procuradora-Geral Joana Vidal e a Direcção Central de Investigação e Acção Penal expliquem aos angolanos e portugueses quem foram os membros do Ministério Público que violaram o segredo de justiça, violando gravemente a honra e o bom nome de duas altas figuras do Estado Angolano. (Domingos, 2013)

Ficava assim lançada uma ameaça velada. A parte angolana, consciente da sua importância económica e, inclusive, política para Portugal, dado que vinha recebendo um crescente número de trabalhadores portugueses contribuindo assim para mitigar os índices relativos ao desemprego naquele país, mas descontente com o tratamento que lhe era dado por parte da elite portuguesa, poderia suspender a realização do encontro que há muito vinha sendo articulado para estreitar as relações bilaterais Angola-Portugal.

Neste mesmo dia, 6 de outubro, o *Expresso* publicou o texto intitulado “Machete, Angola e os outros” onde Henrique Monteiro afirmava:

O mal não é Angola ter um regime de que se gosta ou não, o mal é o país que é Portugal ter esta atitude subserviente há anos<sup>5</sup> e que, finalmente, um MNE tornou clara aos microfones de uma rádio de Luanda. Sim! Queremos saber do dinheiro, do bago, do investimento. De resto, somos atentos, veneradores e obrigados ao regime de José Eduardo dos Santos e família, fingindo que tudo aquilo é normal. (Monteiro, 2013)

No trecho destacado os leitores são instigados a lembrar da herança histórica do ‘glorioso’ império colonial português. Afinal, ainda que Angola tenha sido considerada em tempos a ‘jóia da coroa’ deste império, quem envergava a ‘coroa’ abrilhantada por esta jóia era Portugal. Daí a indignação com aquilo que poderia ser encarado como uma inversão de papéis, já que na atual conjuntura eram os portugueses que se encontravam ‘obrigados’ ao regime angolano.

No dia seguinte, 7 de outubro, foi a vez de o *Público* apresentar o seu parecer sobre a questão. Para agregar valor às informações e opiniões que divulgava este jornal português recorreu à análise de um especialista, que, não por acaso também se tratava de uma *persona* pública angolana, sobre o impacto das declarações do ministro Rui Machete à RNA. De acordo com este jornal, Justino Pinto de Andrade, apresentado aos leitores como “*professor de Economia da Universidade Católica de Luanda e líder do Bloco Democrático*”, considerava que “*a forma como ‘as elites políticas’ de Lisboa se relaciona[va]m com o poder em Luanda passou a linha da cumplicidade para o campo da ‘subserviência’*”. Além disso, segundo o referido especialista angolano, o discurso de Rui Machete teria promovido “*uma ‘má imagem’ de Portugal em Angola*”, o que, “*ao contrário do que pode[ria]m pensar os políticos portugueses, ‘não ajuda[ria] a fomentar as relações entre os dois países’*” porque “*as autoridades angolanas não respeitam quem se põe de joelhos*” (Cordeiro, 2013). O parágrafo de conclusão desta matéria trazia ainda o seguinte argumento:

---

<sup>5</sup> Sublinhados acrescentados pelas autoras.

As investigações abertas em Portugal são referentes a suspeitas de actos em território português, nota Justino Pinto de Andrade. A “promiscuidade entre a Justiça e a política” em Angola impede “o apuramento” das suspeitas de “actos ilícitos que envolvem entidades angolanas”, realça. “Se os actos ilícitos que envolvem as entidades angolanas em território português fossem investigados, nós em Angola teríamos melhor forma de pressionar os políticos corruptos” (Cordeiro, 2013).

Depois da constatação de que a adoção de uma postura de subserviência seria contraproducente para lidar com as autoridades angolanas, promove-se a ideia de que o Poder Judiciário português teria capacidade para levar a cabo uma tarefa interdita ao seu congénere angolano e que isso ajudaria a fortalecer a oposição angolana contra os políticos corruptos. Esta suposição de que ações portuguesas poderiam ter efeitos benéficos para a política interna angolana convida, ainda que sutilmente, a recordar um dos argumentos reiteradamente acionados para justificar a presença colonial portuguesa em Angola: a ideia de que os africanos não teriam capacidade de se autogovernarem.

Dando continuidade à discussão do tema, uma peça jornalística estampada pelo *Público* em 8 de outubro enfatizava que pedidos de desculpas diplomáticas eram “raridade” em relações bilaterais. Mais uma vez o jornal utilizou a estratégia de solicitar o parecer de especialistas, desta vez diplomatas de carreira, que avaliassem a atitude de Rui Machete. Segundo a peça em questão, um diplomata veterano teria dito que Machete “*quis pôr água na fervura, mas rebaixou o Estado*”. Esta matéria foi concluída com a seguinte frase, parte de uma citação da avaliação feita por “*um diplomata com anos de experiência em relações multilaterais*” sobre a situação: “*Este caso expõe apenas uma coisa: uma relação de dependência*” (Reis, 2013).

No dia 10 de outubro, o *Jornal de Angola* publicou um artigo de opinião cujos quatro primeiros parágrafos dedicavam-se a recordar as características assumidas pela colonização portuguesa no país e o fato de que a luta de libertação nacional empreendida pelos angolanos e pelos demais povos colonizados por Portugal em África foi um “*factor determinante da independência das colónias e, conseqüentemente, da liberdade do povo português*”. Na sequência deste raciocínio, o autor afirmava:

A atitude da imprensa portuguesa, de determinados políticos e muitas outras figuras públicas portuguesas, que verberaram irracionalmente contra o pedido de desculpas apresentado por um governante português a Angola, não é nada mais que o sofisma da humilhação que eles sentem naquelas palavras relativamente ao Povo Angolano. [...] A soberba irracional dessa gente nunca lhes permitiu pedir perdão ou desculpas ao Povo Angolano pelos maus tratos, humilhação e desonra infligidos durante tantos anos de ditadura e exploração colonial. [...] / Tal como o Papa humildemente pede perdão pelos crimes dos seus sacerdotes, nunca seria demais que os governantes e políticos portugueses em consciência tivessem a humildade de também pedirem perdão e apresentarem as suas sinceras desculpas, não apenas ao Povo Angolano, mas tornando-as extensivas a todos os povos das ex-colónias. Foram estes povos que, em conjunto, permitiram aos senhores políticos portugueses serem agora muito zelosos na obediência à separação de poderes da sua Constituição. (Pombares, 2013)

Ou seja, na avaliação do autor os portugueses, quer reconheçam ou não, têm uma dívida moral com os ex-colonizados que, ao libertarem-se do jugo colonial, abriram caminho à democracia e à liberdade hoje em vigor em Portugal. Este artigo revela que em Angola o

impacto das heranças históricas referentes ao período de (des)colonização<sup>6</sup> eram acionadas com muito mais ênfase para explicar a repercussão do caso das ‘desculpas diplomáticas’ que ameaçava abalar as relações bilaterais com a ex-metrópole. Chamando a atenção para o fato de que este artigo “foi publicado no dia em que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação chegou a Luanda para preparar a cimeira luso-angolana” (Lusa e Público, 2013), na peça jornalística intitulada “*Jornal de Angola diz ser necessária clarificação nas relações com Portugal*” (Lusa e Público, 2013), a imprensa portuguesa interpretou o referido artigo como uma retomada do “tom contra Portugal” na imprensa angolana. Nenhuma reflexão sobre a influência do legado da herança colonial nas relações atuais com Angola foi acrescentada, o que revela uma completa desconsideração dos argumentos apresentados no artigo publicado pelo *Jornal de Angola*.

O editorial do *Jornal de Angola* de 12 de outubro começou esclarecendo que as relações entre Portugal e Angola estavam “num ponto alto”, apesar de enfrentar “alguns percalços no percurso” como a “violação do Segredo de Justiça, apenas para julgar na praça pública altas figuras do Estado Angolano”. Quanto a esta questão, o jornal assumia a seguinte opinião:

Investiguem quem quiserem. Mas não violem o Segredo de Justiça para assassinar a honra de altas figuras do Estado Angolano. Essas formas de actuar são profundamente anti-democráticas e só têm paralelo com as campanhas de calúnias desencadeadas pelo regime fascista contra os seus opositores e os dirigentes dos movimentos de libertação das antigas colónias. (Jornal de Angola, 2013a)

Aqui é claramente retomada a ideia da manutenção de uma postura colonialista de um extrato da sociedade portuguesa em relação aos angolanos. Fica subentendido que esta seria a explicação para a soberba com que alguns portugueses reagiam aos investimentos angolanos, encarando-os como atos criminosos e não como uma oferta de ajuda para superação da crise económica que assolava Portugal, tal como descrito no seguinte excerto:

[...] Portugal, segundo o senhor vice-primeiro-ministro do Governo Português, é um protectorado. Lamentamos profundamente esta situação, mas pouco podemos fazer. E se pudéssemos, provavelmente as forças políticas portuguesas não aceitavam qualquer tipo de ajuda. Basta ver a forma como altos responsáveis partidários falam dos investimentos de Angola em Portugal. Alguns encaram-nos como crimes! Esses que se manifestam e outros que assim pensam mas não se pronunciam, seguramente que rejeitavam a mão solidária de Angola para Portugal deixar de ser um protectorado. [...] / Os investimentos angolanos em Portugal são limpos. Os investidores angolanos, particulares ou institucionais, são honestos. Mas apesar disso, todos os dias saem notícias na Imprensa contra esses investimentos e investidores. Gostávamos de saber que outros investidores no mundo arriscavam um euro num país em que até membros do seu Governo consideram um protectorado. Os angolanos não querem ter em Portugal um estatuto especial, ainda que os laços afectivos profundos que nos unem o justificassem. Mas exigem respeito. Não podem aceitar que magistrados do Ministério Público retirem dos processos que têm à sua guarda, factos que são cozinhados em “redacções únicas” para assassinar a honra de altas figuras do Estado Angolano.

---

<sup>6</sup> Termo adotado para fazer referência simultaneamente ao processo de transição para a independência e à relação de exploração colonial que o precedeu determinando a forma assumida por esta transição.

No final de uma matéria dedicada a comentar este editorial o jornal português *Público* afirmava que:

Os editoriais contra Portugal no principal jornal angolano, que representa um canal directo para o MPLA e a Presidência de Angola, tornaram-se recorrentes desde que, em Novembro passado, o semanário Expresso publicou uma primeira de várias notícias sobre a abertura de inquéritos a figuras próximas do Presidente José Eduardo dos Santos ou titulares de órgãos de soberania em Angola, como o procurador-geral da República de Angola, por suspeitas de fraude fiscal e branqueamento de capitais. / O tom manteve-se desde então com o jornal a denunciar uma “campanha contra Angola” e a defender o fim dos investimentos angolanos em Portugal. (Lusa e Público, 2013)

Dessa maneira o jornal português exacerbou a reação da imprensa angolana que, até então, havia apenas constatado que as relações bilaterais Angola-Portugal vinham sendo abaladas pelo clima de desconfiança difundido pela imprensa portuguesa sobre a idoneidade dos investimentos angolanos em Portugal.

Talvez por isso, em 13 de outubro de 2013, o *Jornal de Angola* trouxe a público dois textos dedicados a oferecer uma interpretação ou uma explicação para o clima de tensão que vinha ameaçando a manutenção de boas relações entre Angola e Portugal. O editorial assinado pelo diretor-adjunto do jornal, Filomeno Manaças, comentava a passagem de Luís Ferreira, secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, por Luanda com o intuito de preparar a cimeira entre os dois países. De acordo com o autor, durante a visita “o político português tratou de situar as relações Angola-Portugal no patamar da excelência e assim afastar quaisquer veleidades que possam afectar o seu bom andamento”. Manaças afirmava estar “inteiramente de acordo” com as declarações feitas pelo representante do governo português, sobretudo quando este reconhecia que “as relações entre Angola e Portugal têm ainda um grande potencial de crescimento por explorar e elas devem desenvolver-se na base do respeito mútuo”. Em seguida, o autor aproveitou para fazer menção ao que ocorreu em Portugal a propósito das declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal à RNA:

Esperamos que não vá alguém em Lisboa entender que Luís Ferreira deve ir à Assembleia da República dar explicações pelo que disse - e bem dito -, pois não se concebe que as relações entre dois Estados não respeitem premissas básicas.

Uma visão e um discurso pragmático foram o que o visitante trouxe na bagagem. Com isso tratou de enviar um recado claro aos que ainda persistem em manchar as relações entre os dois países sublinhando, nas entrelinhas, que Angola e Portugal têm muito a ganhar e muito também a ensinar se souberem suplantarem o subjectivismo que, de tempos em tempos, teima em constituir-se em escolho ao normal desenvolvimento da cooperação bilateral. (Manaças, 2013)

Em contraste com o tom apaziguador deste editorial, no artigo intitulado “*Uma doença que tem cura*”, Filipe Zau foi buscar contribuições nos trabalhos de vários intelectuais portugueses e estrangeiros para respaldar a acusação de que “alguns portugueses” sofreriam de uma “*síndrome de europite aguda*”, o que explicaria porque as relações entre os dois países não podiam transcorrer com normalidade.

Zau iniciou seu artigo citando um trecho de um livro atribuído a “Gaspar da Silva, ex-embaixador e professor na Universidade do Minho”, onde este teria afirmado, que “no âmbito das várias acções de carácter diplomático a desenvolver no domínio da Sociologia, haveria a necessidade de *fazer desaparecer definitivamente a ideia reaccionária de que o africano não é completamente normal, mas que pode ser «assimilado»*”. O objetivo desta citação seria “*ilustra(r), de certo modo, as razões, porque uma determinada elite de baixo nível em Portugal continua[va] incapaz de assumir princípios de horizontalidade em relação aos*

*povos ex-colonizados, particularmente, os negros*”. De acordo com Zau, os portadores da “*síndrome de europite aguda*” apresentariam como sintoma principal uma

[...] mentalidade tacanha e racista [...] esquecendo-se que, durante muito tempo (e se calhar ainda hoje), muitos portugueses foram alvo de discriminação na própria Europa, já que esta considerava como inferiores não só os negros, mas também os brancos que socialmente e/ou sexualmente se relacionassem com os negros. (Zau, 2013)

O autor considerava que tinha sido como um mecanismo de defesa contra esta discriminação intra-europeia que muita gente tinha passado “*a pensar, de forma errónea, que era superior aos africanos que colonizou*”. O que Zau concebia como uma ‘enfermidade’ era a manutenção desta percepção equivocada da realidade que era capaz de provocar transtornos sociais como o que vinha sendo reportado pelos jornais, como fica explícito no excerto a seguir:

Mas veja-se agora o seguinte e quem quiser que analise através da leitura diária de outros jornais, mesmo na internet. Em nenhum outro país do mundo se constata actualmente um tipo de paranóia tão ostensiva, paternalista e esquizofrénica contra as autoridades angolanas como em Portugal, que persiste em dar lições de democracia, ética e moral que, durante séculos, através da sua “missão civilizadora” em África, não foi capaz de ensinar a ninguém, nem a si próprio. Pelo menos, os portugueses que vivem em Angola podem comprovar como os angolanos já foram capazes de ultrapassar “a síndrome do colonialismo”. (Zau, 2013)

Zau conclui o texto alertando que “*basta[ria] apenas um pouco mais de educação e sentido de alteridade*” para “curar” os portugueses que ainda padeciam desta enfermidade.

Ainda no dia 13 de outubro uma matéria no *Público* enfatizava o tom “positivo” do editorial assinado por Filomeno Manaças e recordava aos seus leitores que, “*com este editorial, o Jornal de Angola dedicou desde o passado dia 6 um total de três editoriais e cinco artigos de opinião às relações luso-angolanas*”. O artigo de Filipe Zau não recebeu outra menção para além da observação de que também fazia parte desta última edição do diário angolano. Ou seja, nem com as provocações lançadas por Zau os meios de comunicação portugueses mobilizam-se para discutir os impactos da herança colonial nas relações atuais entre os dois países.

De acordo com a versão reproduzida na edição do *Jornal de Angola* de 16 de outubro de 2013, em seu discurso sobre o estado da nação, proferido no dia anterior, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, teria feito a seguinte declaração:

No plano bilateral, Angola tem relações estáveis com quase todos os países do mundo. Com muitos deles tem uma cooperação económica crescente e com benefícios recíprocos. / O nosso país tornou-se um destino turístico e de investimento estrangeiro porque o seu prestígio e a confiança dos seus parceiros está a crescer. / Só com Portugal, lamentavelmente, as coisas não estão bem. Têm surgido incompreensões ao nível da cúpula e o clima político actual, reinante nessa relação, não aconselha a construção da parceria estratégica antes anunciada!

Ainda no dia 15 de outubro, na sequência deste discurso em que o presidente de Angola abordou pela primeira vez o tema da tensão nas relações com Portugal, o semanário *Expresso* publicou sete textos dedicados a avaliar o passado, o presente e o futuro das relações entre os dois países: “*Angola anuncia fim da parceria estratégica com Portugal*”, de Rosália Amorim e Luísa Meireles; “*Governo surpreendido com declarações de Eduardo dos Santos*”, de Manuela Goucha Soares; “*Presidente angolano ‘responde a situação interna’*”, de Luísa Meireles; “*Presidente de Angola ‘sente-se incompreendido’*”, “*O que é a parceria estratégica*

*Portugal-Angola*” e “*Quantos portugueses e empresas trabalham em Angola?*”, assinados por Rosália Amorim; “*Angola e o medo de dizer*”, de Henrique Monteiro.

“*O governo não quer acreditar na rutura anunciada pelo Presidente de Angola, e reitera a importância que continua a atribuir ao bom relacionamento’ dos dois países*” (Soares, 2013). Estas foram as palavras escolhidas como introdução da peça jornalística construída em torno da divulgação da reação do governo português ao comunicado do presidente angolano, expressa através de um “*curto comunicado sobre as relações de Portugal com Angola*” (idem) emitido pelo gabinete do então primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho. Descontada a introdução, outros três pequenos parágrafos compunham esta matéria que pouco mais aportava aos leitores além de citar o que a jornalista interpretou como sendo os excertos mais significativos da referida declaração oficial. A pouca importância dada ao tema parece indicar um menosprezo pela postura assumida pelo governo português.

Os três textos assinados por Rosália Amorim, incluindo o escrito em parceria com Luísa Meireles, tinham como característica central o tom alarmista e o fato de pautarem-se na ideia de que no discurso sobre o estado da nação “*o Presidente José Eduardo dos Santos pôs fim à parceria estratégica com Portugal*” e que, por isso, a primeira cimeira bilateral entre Portugal e Angola, prevista para se realizar, em Luanda, em fevereiro de 2014, “*corre[ria] agora o risco de ser cancelada*” (Amorim e Meireles, 2013). Estes textos reuniram dados e argumentos para demonstrar o “*forte impacto negativo para a economia lusitana*” caso viesse a ter fim a “*parceria que tinha sido estabelecida entre Cavaco Silva e o Presidente angolano, em julho de 2010*” (Amorim, 2013a) e cujos efeitos do bom funcionamento eram até aquela altura notórios, sobretudo, no que dizia respeito às relações comerciais. Uma destas matérias enfatizava os “*números de um casamento inevitável, entre duas economias que precisa[va]m uma da outra, independentemente das relações políticas*” (Amorim, 2013c), citando, por exemplo que: estimava-se que, pelo menos, 150 mil portugueses estivessem a trabalhar em Angola; havia 8800 exportadoras portuguesas presentes no mercado angolano; Angola era o 4º maior mercado cliente de Portugal; Portugal foi o 4º maior investidor estrangeiro em Angola em 2012, assim como no primeiro trimestre de 2013; em julho de 2013, foram anunciados 300 milhões de euros em novos investimentos portugueses em Angola; Angola foi o 11º maior investidor estrangeiro em Portugal em 2012; em matéria de comércio de bens, as exportações de Portugal para Angola cresceram 8,8% entre 2008 e 2012 e comparando o primeiro trimestre de 2012 com o de 2013, esse crescimento foi de 7,5%.

Ou seja, estes textos demonstravam que Angola vinha funcionando como “*uma espécie de 'balão de oxigénio' para muitas empresas lusitanas que se defronta[va]m com a crise que assola Portugal e a Europa*” (Amorim e Meireles, 2013). Reconhecendo a importância político-económica de Angola para Portugal estas peças jornalísticas incluíam também avaliações atribuídas a uma série de observadores económicos e políticos segundo os quais “*a forma de fazer política deve[ria] ser repensada*”, dando a entender que o polémico caso do pedido de “*desculpas diplomáticas*” não tinha contribuído em nada para melhorar as relações entre Portugal e Angola, antes, pelo contrário. O que justificaria a necessidade de uma mudança de postura política para resolver a questão.

O texto de Henrique Monteiro (2013b) chamou nossa atenção por enfatizar a interdependência histórica existente entre Portugal e Angola colocando Portugal numa posição de protagonismo e não como uma espécie de vítima das circunstâncias como os demais textos publicados na edição de 15 de outubro de 2013 do *Expresso* davam a entender. Monteiro partia do princípio que

[...] as relações entre Portugal e Angola não se deteriora[ria]m com um discurso, com um ministro, com um Governo nem mesmo com um Presidente. Angola faz[zia] parte do passado e do presente português e Portugal é[ra] fundamental para a estratégia de Angola, apesar do estado de espírito que possa ter José Eduardo dos Santos (Monteiro, 2013b).

A edição do dia 15 de outubro do jornal *Público* também dedicou uma longa reportagem à análise do estado das relações entre Portugal e Angola. Com o apaziguador título “*Cimeira Portugal-Angola continua marcada para Fevereiro*”, a reportagem começava garantindo que “o Ministério das Relações Exteriores de Angola não tinha transmito ‘qualquer informação’ que indicasse a alteração da data da 1.ª Cimeira Portugal-Angola, marcada para Fevereiro de 2014” (Cordeiro *et al.*, 2013). Com a ajuda de uma fonte angolana, “que pediu para não ser identificada”, os jornalistas do *Público* elucidaram que

José Eduardo dos Santos não anunciou qualquer ‘corte de relações’ com Portugal, ‘nem sequer o fim da prevista parceria estratégica’. ‘Disse simplesmente que, no actual clima político, não era ‘aconselhável’ prosseguir com esse tipo de relacionamento especial. No quadro da parceria estratégica teriam já sido discutidos alguns projectos que eventualmente sofrerão agora um compasso de espera, enquanto o tal ‘clima político’ descrito não se esclarecer. (idem)

A reportagem lembrava que o discurso de José Eduardo dos Santos tinha sido precedido por uma série de editoriais em que o *Jornal de Angola*,

[...] que é público mas representa o órgão oficial do MPLA liderado pelo Presidente da República e funciona em ligação directa com a Presidência da República, tinha repetido críticas à Justiça portuguesa e aos media que responsabilizou por uma campanha contra Angola e os titulares dos órgãos de soberania. (idem)

O que dava margem para interpretar as palavras do presidente angolano como uma espécie de oficialização do endosso às mensagens de retaliação transmitidas anteriormente pelo principal meio de comunicação angolano.

Por outro lado, a mesma reportagem citava uma declaração do presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, Carlos Bayan Ferreira, que teria afirmado que os empresários portugueses e angolanos continuariam a investir nos dois países, “apesar das ‘lutas políticas’ e das perturbações diplomáticas”. Informação que servia para reforçar a ideia de que, apesar das ameaças de um corte de relações feitas pelo governo angolano, não havia indicações reais de que isso viesse a ser colocado em prática, pelo menos no que dizia respeito às relações económicas.

Na última sessão do artigo os jornalistas apresentaram a perspectiva de dois angolanos, o jornalista e ativista Rafael Marques, crítico do regime, e o professor universitário e analista em relações internacionais Belarmino Van-Dúnem. Este último teria afirmado à Televisão Pública de Angola (TPA) que ao se pronunciar oficialmente sobre a tensão provocada pelas declarações de Rui Manchete o governo angolano “fê-lo ‘muito bem, numa atitude de legitimidade’”. Argumentando que a criação da imagem, “é[ra] essencial para o desenvolvimento das relações entre os Estados” e responsabilizando “uma imprensa portuguesa” por “alguma atitude deliberada de manchar ou pelo menos fragilizar a imagem do Estado angolano”, este professor teria afirmado que enquanto existisse tensões do ponto de vista público, “não é[ra] confortável para os empresários angolanos continuarem a investir em Portugal, não é[ra] confortável para o Estado angolano continuar este relacionamento”. Já na opinião de Rafael Marques, o discurso do presidente angolano continha “apenas uma ameaça”, que não merecia ser levada muito a sério porque

[...] o regime angolano ‘nunca esteve tão dependente de Portugal como hoje’. ‘Os principais gestores das fortunas angolanas, incluindo a de Isabel dos Santos, são portugueses. O Presidente falou da boca para fora. Os grandes contratos nacionais com o exterior passam por escritórios de advogados em Portugal, assim como as ligações financeiras de Angola com o exterior passam por Portugal.’ (Cordeiro *et al.*, 2013)

Enquanto Rafael Marques, através do *Público*, e Henrique Monteiro, via *Expresso*, tentavam desacreditar a promessa de revisão das relações Angola-Portugal contidas no discurso de José Eduardo dos Santos difundindo a ideia de que as elites angolanas sempre dependeram e continuavam a depender de Portugal, o editorial do *Jornal de Angola* de 16 de outubro de 2013 esclarecia e denunciava:

Para muitas organizações ocidentais, um africano rico só pode ser corrupto. Mas têm que se habituar à realidade exposta pelo Chefe de Estado, revelada no discurso do Estado da Nação. Os empresários angolanos precisam de músculo financeiro. Angola precisa de uma classe que acumule capital. De resto, todo o mundo ocidental fez isso há muitos séculos e essa é a base do sistema que hoje está implantado no mundo. Por que haveríamos de ser nós diferentes? Não há igualdade de direitos?

Angola tem os seus ricos e todos esperamos que haja cada vez mais. Os fomentadores do sistema exigiram que Angola aderisse à economia de mercado. Aí está ela. Mas quem fez essa exigência tinha uma ideia: dominarem eles o mercado angolano e mandarem na nossa economia. Enganaram-se redondamente. Os angolanos comandam a economia e dominam o mercado. O Presidente José Eduardo dos Santos neste aspecto foi lapidar: as grandes empresas multinacionais que operam em Angola registam lucros de milhares de milhões todos os anos. E mesmo assim não querem a concorrência dos empresários angolanos.

Mais uma causa perdida. Já existem empresários angolanos com músculo financeiro para concorrerem em todos os domínios, com as grandes multinacionais. E como são angolanos, é natural que tenham direito de preferência em relação aos estrangeiros. Como não é nenhum escândalo se forem privilegiados nas relações comerciais e financeiras. Os representantes dos grandes interesses financeiros mundiais têm de se habituar a esta realidade. Em Angola ninguém troca matérias-primas estratégicas por espelhos e missangas. Muito menos por elogios enganadores. [...]

O Presidente José Eduardo dos Santos não hesitou: e anunciou que é preciso ponderar a cooperação estratégica com Portugal, país onde são cozinhadas todas as campanhas contra a honra e o bom-nome de altas figuras do Estado. Os portugueses reconhecem que é impossível impedir o Ministério Público de violar gravemente o Segredo de Justiça. Se num país democrático, num Estado de Direito, os criminosos são impunes e podem caluniar e desonrar altas figuras do Estado Angolano, então não há condições para prosseguir uma parceria estratégica. Se em Portugal titulares do Poder Judicial podem violar o Segredo de Justiça para desonrar os nossos legítimos representantes, à boa maneira colonialista, então o melhor é os responsáveis políticos assumirem com coragem que Portugal não tem condições para se relacionar, de igual para igual, com Angola.<sup>7</sup> (Jornal de Angola, 2013b)

O texto explica, sobretudo aos que insistiam em tecer críticas – consideradas infundadas pelo *Jornal de Angola* – ao processo de enriquecimento dos angolanos, que a formação da elite económica de Angola seguia o modelo aplicado ao longo da história em “*todo o mundo ocidental*”. Diante disso, tais críticas só se justificavam pela cobiça alimentada por aqueles que “*exigiram que Angola aderisse à economia de mercado*” com a intenção de controlarem o mercado angolano. Mas as elites económicas angolanas já dominariam tão bem a lógica do sistema que não aceitariam nada menos do que ser tratados em pé de igualdade pelos antigos colonizadores.

Depois do novo *boom* de análises sobre as relações Portugal-Angola inspiradas pela divulgação do discurso proferido pelo presidente angolano em 15 de outubro de 2013, o tema

---

<sup>7</sup> Todos os sublinhados foram acrescentados pelas autoras.

foi paulatinamente perdendo espaço, apesar de não desaparecer completamente dos meios de comunicação, tanto angolanos como portugueses, pelo menos até a altura da comemoração dos 40 anos do 25 de Abril, quando passou a dar lugar a outras lembranças do legado da (des)colonização. Em resumo, as reverberações do caso das “desculpas diplomáticas” permaneceram em aberta discussão por mais de seis meses nos dois países, ainda que os debates tenham oscilado entre picos de maior e menor intensidade.

## Considerações finais

Como destaca Lubkemann (2005: 258), uma análise crítica da situação pós-colonial requer um exame do processo de memória seletiva e esquecimento nas antigas sociedades coloniais.

Ao analisar o discurso dos meios de comunicação portugueses sobre as relações atuais entre os dois países percebemos que estes textos não contribuem para incentivar o questionamento do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização portuguesa em Angola, antes pelo contrário. De modo geral estes discursos têm difundido uma perspectiva que justifica ou corrobora, mas quase nunca desafia ou contradiz, a história da colonização segundo a versão hegemônica, isto é, o conteúdo do discurso oficial produzido pela Europa imperial. Na maioria das vezes a intervenção colonial é vista pelos meios de comunicação portugueses como uma experiência positiva. Sua essência, a violência de negar ao outro o direito de ser percebido como igual, é silenciada e relegada ao esquecimento. Entretanto, recentemente algumas vozes dissonantes começaram a aparecer rompendo a lógica do silenciamento. Neste novo cenário merece destaque o artigo de opinião evocativo das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril assinado por Daniel de Oliveira e publicado pelo jornal *Expresso*.

No texto “25 de abril (2): “D” de descolonização”, que veio a público em 23 de abril de 2014, Daniel de Oliveira compartilhou com os leitores as seguintes reflexões:

A descolonização deve ser o tema que mais paixões acende em Portugal. E é natural que assim seja. O fim definitivo e tardio do império português implicou uma mudança radical na vida de mais de um milhão de portugueses. Mudar radicalmente de vida de um dia para o outro não é coisa pequena. Deixa traumas profundos. Junte-se a isto uma guerra colonial de 13 anos cujas memórias foram, até ao final dos anos 80, vividas em silêncio pelos ex-combatentes. Não quero aqui polemizar muito. Sobre a descolonização propriamente dita, apenas gostaria de dizer que a ideia de que a nossa descolonização foi mal feita parte de quatro equivocos.

O primeiro: que a descolonização foi feita exclusivamente por nós. Ou seja, que os portugueses tinham o poder absoluto de determinar como poderia ser feita essa descolonização. Neste raciocínio o descolonizado e a sua vontade pura e simplesmente não existem. Na realidade, é o raciocínio colonial aplicado à própria descolonização.

O segundo: que Portugal tinha condições para, em pleno processo de instauração da democracia e com estruturas frágeis de poder (ou até com vazios de poder), manter qualquer tipo de comando militar e político capaz de sustentar os movimentos de libertação e impor a vontade portuguesa [...]

O terceiro: que tudo o que depois sucedeu nas ex-colônias, e em particular em Angola, resultou da descolonização. Em nenhum momento parece passar pela cabeça de quem assim pensa que, pelo contrário, a inexistência de condições políticas para uma transição pacífica para a independência e a própria inviabilidade de um sistema democrático, nos anos seguintes, nas ex-colônias, resulta de séculos de colonialismo. [...]

Quarto: que o colonialismo português era mais moderado ou bondoso que os restantes colonialismos europeus. Este mito, alimentado pelas patranhas luso-tropicalistas, mantém-se quase intacto. E, no entanto, o colonialismo português foi tão desumano e cruel como qualquer outro<sup>8</sup> [...]. (Oliveira, 2014)

Ao tornar explícitas as interpretações equivocadas sobre a (des)colonização que têm sido difundidas ao longo dos últimos 40 anos o autor convida a sociedade portuguesa a romper o silêncio e fazer a catarse necessária para a superação dos “traumas profundos” relacionados a este processo histórico.

Para completar esta catarse seria preciso falar das heranças coloniais, o que implicaria, como bem observa Maria Paula Meneses (2008), em primeiro lugar, reconhecer as histórias partilhadas ao longo das relações coloniais, e admitir que estas relações continuam a influenciar a forma como os atores sociais nela envolvidos vêem o mundo, embora esta herança não seja sempre reconhecida, quer num sentido legal, quer num sentido cognitivo, pelos seus potenciais herdeiros.

Se entendermos por descolonização um projeto radical, de recomeço, teremos que admitir que, apesar de concretizada uma transição política que permitiu que Angola, assim como as demais colónias portuguesas em África, se tornasse um Estado independente,<sup>9</sup> as heranças e memórias portuguesas e angolanas ainda estão muito aquém de uma efetiva descolonização. Não se trata de um recorte ou de uma simples delimitação cronológica, de uma transição contável em meses ou anos, senão de um complexo processo de renegociação identitária que envolve visitar os documentos de arquivo, bem como os corpos vivos das memórias seletivas reunidas nas entrevistas feitas a figuras políticas e nos relatos de cidadãos comuns que vivenciaram o fim do império colonial português na metrópole e/ou nas ex-colónias. Para que esta renegociação identitária deixe de ser feita “às cegas” e em silêncio é preciso levantar o véu e debater, com menos soberba, de forma loquaz, as nuances do passado colonial que insistem em fazer-se presentes.

## Referências

Amorim, Rosália (2013a), “O que é a parceria estratégica Portugal-Angola”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/o-que-e-a-parceria-estrategica-portugal-angola=f835719#ixzz2kokRnniC>.

Amorim, Rosália (2013b), “Presidente de Angola ‘sente-se incompreendido’”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de Novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/presidente-de-angola-sente-se-incompreendido=f835729#ixzz2kojwOZMd>.

---

<sup>8</sup> Todos os sublinhados foram acrescentados pelas autoras.

<sup>9</sup> Apesar da formação, em 1974-1975, de uma Comissão de Descolonização responsável, entre outros aspetos, por negociar a cooperação com os futuros Estados africanos e a possibilidade dos portugueses ficarem em Angola depois da independência – discutida de um lado entre Spínola e Mobutu e do outro lado entre Spínola e Nixon –, os desentendimentos no seio do MFA, assim como o favorecimento explícito de certos setores angolanos (Marques, 2013: 33; 59), contribuíram para que a descolonização de Angola não passasse de uma mera “*transferência de poderes*”.

Amorim, Rosália (2013c), “Quantos portugueses e empresas trabalham em Angola?”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de Novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/quantos-portugueses-e-empresas-trabalham-em-angola=f835733#ixzz2kokAjkXz>.

Amorim, Rosália; Meireles, Luísa (2013), “Angola anuncia fim da parceria estratégica com Portugal”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/angola-anuncia-fim-da-parceria-estrategica-com-portugal=f835706#ixzz2kojSkalB>.

Cordeiro, Ana Maria et ali. (2013), “Cimeira Portugal-Angola continua marcada para Fevereiro”, *Público*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 17 de novembro de 2013, disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/jose-eduardo-dos-santos-anuncia-fim-da-parceria-estrategica-com-portugal-1609156#comments>.

Domingos, Álvaro (2013), “Criminosos portugueses contra as suas próprias vítimas”, *Jornal de Angola*, Luanda, 06 de outubro. Consultado a 16 de Novembro de 2013, disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/criminosos\\_portugueses\\_contra\\_as\\_suas\\_proprias\\_vitimas](http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/artigos/criminosos_portugueses_contra_as_suas_proprias_vitimas).

Ferreira, M. E. (2005). “O Império e as Relações Económicas com África”, in Pedro Lains, P. e Á. F. da Silva, (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*. Vol. III: O Século XX. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS-UL.

Hodges, Tony (2004), *Angola: anatomy of an oil state*. Bloomington: Indiana University Press. [2.<sup>a</sup> ed.].

Jornal de Angola (2013a), “Editorial: Clarificação necessária”, *Jornal de Angola*, Luanda, 12 de outubro. Consultado a 15 de novembro de 2013, disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/editorial/clarificacao\\_necessaria](http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/editorial/clarificacao_necessaria).

Jornal de Angola (2013b), “Editorial: A Nação é assim”, *Jornal de Angola*, Luanda, 16 de outubro. Consultado a 15 de Novembro de 2013, disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/editorial/a\\_nacao\\_e\\_assim](http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/editorial/a_nacao_e_assim).

Lubkemann, Stephen C. (2005), “Unsettling the Metropole: Race and Settler Reincorporation in Postcolonial Portugal”, in Caroline Elkins; Susan Pedersen (org.), *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 257-270.

Lusa e Público (2013), “Jornal de Angola diz ser necessária clarificação nas relações com Portugal”, *Público*, Lisboa, 12 de outubro. Consultado a 14 de novembro de 2013, disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/jornal-de-angola-diz-ser-necessaria-clarificacao-nas-relacoes-com-portugal-1608903>.

Manaças, Filomeno (2013), “As relações entre Angola e Portugal”, *Jornal de Angola*, Luanda, 13 de outubro. Consultado a 15 de novembro de 2013, disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/a\\_palavra\\_do\\_director/as\\_relacoes\\_entre\\_angola\\_e\\_portugal](http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/a_palavra_do_director/as_relacoes_entre_angola_e_portugal).

Marques, Alexandra (2013), *Segredos da descolonização de Angola*, Alfragide: Dom Quixote.

Meireles, Luísa (2013), “Presidente angolano ‘responde a situação interna’”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/presidente-angolano-responde-a-situacao-interna=f835746#ixzz2koicrYAw>.

Meneses, Maria Paula (2008), *Reconfigurações identitárias e a fractura colonial: a encruzilhada de histórias esquecimentos e memórias*. (mimeo)

Monteiro, Henrique (2013), “Machete, Angola e os outros”, *Expresso*, Lisboa, 06 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 201, disponível em <http://expresso.sapo.pt/machete-angola-e-os-outros=f834180#ixzz2kopfGWk1>.

Monteiro, Henrique (2013b), “Angola e o medo de dizer”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/angola-e-o-medo-de-dizer=f835774#ixzz2kooLbOBb>.

Oliveira, Daniel de (2014a), “25 de abril (2): “D” de descolonização”, *Público*, Lisboa, 23 de abril. Consultado a 24 de Abril de 2014, disponível em <http://expresso.sapo.pt/25-de-abril-2-d-de-descolonizacao=f866649>.

Pombares, Carlos (2013), “O pedido de desculpas de Rui Machete”, *Jornal de Angola*, Luanda, 10 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/o\\_pedido\\_de\\_desculpas\\_de\\_rui\\_machete](http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/o_pedido_de_desculpas_de_rui_machete).

Rádio Nacional de Angola (2013), “Portugal pede ‘Desculpas diplomáticas’ à Angola”, *Canal A*, Luanda, 19 de setembro, consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://www.rna.ao/canalA/noticias.cgi?ID=78347>.

Raimundo, António (2013), “Between Europeanization and Domestic Influences: Portugal’s Post-colonial Relations with Angola”, *Journal of Contemporary European Research*, 9 (2), 242-260.

Reis, Bárbara (2013), “Pedir desculpa é uma expressão que não é do léxico da diplomacia”, *Público*, Lisboa, 08 de outubro. Consultado a 14 de Novembro de 2013, disponível em <http://www.publico.pt/politica/noticia/pedir-desculpa-e-uma-expressao-que-nao-e-do-lexico-da-diplomacia-1608488>.

Seabra, Pedro; Gorjão, Paulo. (2011), “Intertwined Paths: Portugal and Rising Angola”, *SAIIA Occasional Paper*, 89.

Soares, Manuela Goucha (2013), “Governo surpreendido com declarações de Eduardo dos Santos”, *Expresso*, Lisboa, 15 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em <http://expresso.sapo.pt/governo-surpreendido-com-declaracoes-de-eduardo-dos-santos=f835772#ixzz2koko8h4w>.

Zau, Filipe (2013), “Uma doença que tem cura”, *Jornal de Angola*, Luanda, 13 de outubro. Consultado a 16 de novembro de 2013, disponível em [http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/uma\\_doenca\\_que\\_tem\\_cura](http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/artigos/uma_doenca_que_tem_cura).